

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2021**

(Do Sr. Deputado Leo de Brito)

Solicita informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Onyx Lorenzoni sobre afirmações do Presidente Bolsonaro em defesa do voto impresso para as eleições de 2022.

Requeiro a Vossa Excelência com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e arts. 115 e 116 no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Onyx Lorenzoni sobre afirmações do Presidente Bolsonaro em defesa do voto impresso para as eleições de 2022.

**JUSTIFICAÇÃO**

Em 25 de junho, o Antagonista<sup>1</sup>, divulgou que o Presidente Bolsonaro voltou a criticar o Supremo em entrevista à imprensa durante inauguração em Sorocaba. Afirmou: *“Tornaram o Lula elegível para quê? Para elegê-lo presidente na fraude”*. Depois, voltou a defender o voto impresso.

O Presidente continuou: *“é por isso que quero o voto auditável. Se o Congresso promulgar o voto auditável, teremos voto auditável e ponto final. Por que seria inconstitucional uma PEC dessa? Se o Congresso promulgar teremos voto impresso no ano que vem. Os R\$ 2 bilhões, já falei para o Paulo Guedes, está garantido”*.

Percebe-se que o discurso do Presidente contra a legitimidade das urnas eletrônicas vem se intensificando. Desde 2018, ele alega que foi vítima

<sup>1</sup> <https://www.oantagonista.com/brasil/tornaram-o-lula-elegivel-para-que-para-elege-lo-presidente-na-fraude-diz-bolsonaro/>



de fraude na eleição, o que teria lhe tirado a vitória no primeiro turno. Mas nunca apresentou nenhuma prova a respeito.

Em janeiro, um dia depois à invasão do Capitólio por militantes de extrema-direita estimulados pelo ex-presidente Donald Trump, Bolsonaro disse a apoiadores que a falta de confiança nas eleições americanas levou "a este problema que está acontecendo lá" (a invasão violenta, que deixou 5 mortos) e que, no Brasil, "se tivermos voto eletrônico" em 2022, "vai ser a mesma coisa" ou "vamos ter problema pior que nos Estados Unidos".

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e especialistas avaliam que, na prática, a adoção do novo modelo de urna com impressão do voto é que pode aumentar o risco de fraude. Na avaliação da coordenadora da Transparência Eleitoral Brasil, Ana Claudia Santano<sup>2</sup>, o debate sobre adoção do comprovante é legítimo, mas não está claro "da forma que estão fazendo, se essa é uma demanda da população ou se está sendo usado para construir um discurso político" que coloque em xeque os resultados das próximas eleições.

Ocorre que diferentemente das urnas eletrônicas, o comprovante permite a recontagem. Segundo Santano, "a partir do momento que eu aumento a chance de judicialização, eu também transfiro a última palavra, que deveria ser do povo, das urnas, para o Poder Judiciário. A partir do momento em que a gente coloca um mecanismo que permite recontagem, basta ver em ambientes polarizados, que os perdedores não costumam aceitar o resultado prejudicial a eles no primeiro momento. É claro que eles vão pedir recontagem".

Por todo o exposto, tendo em vista que se trata de discurso contra a legitimidade das urnas eletrônicas no Brasil, faz-se necessário a busca de mais informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Onyx Lorenzoni para que esclareça quais as intenções do retorno ao sistema eleitoral impresso no país.

Plenário, 28 de junho de 2021.

---

**Dep. Leo de Brito PT/AC**

---

<sup>2</sup> <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,voto-impresso-entenda-o-que-esta-em-jogo-na-camara-hoje,70003762183>

